

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 038

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE MAIO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/ 143, 144, 145 e 146/99, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

015/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, altera o § 2º, do art. 71, da Lei nº 4978, de 5 de dezembro de 1964, o qual convertido em Lei tomou nº 12551. **Anote-se - Arquite-se.**

283/98: Do Poder Executivo que, autoriza ceder à União Paranaense dos Estudantes, UPE, o imóvel que especifica, situado nesta Capital na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, nº 1157, esquina com a Rua João Manoel, o qual convertido em Lei tomou nº 12552. **Anote-se - Arquite-se.**

018/99: De autoria do Deputado Tony Garcia que, declara de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou nº 12553. **Anote-se - Arquite-se.**

040/99: De autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes que, declara de Utilidade Pública a Fundação Assis Gurgacz, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou nº 12554. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 001/99, do Sr. Nelson T. F. Guimarães, Diretor Técnico da Paraná Investimentos S.A., encaminhando Relatório de Atividades da Paraná Investimentos S.A., relativo ao período de 01.10.98 à 31.03.99. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 064/99, do Sr. Governador do Estado, encaminhando Prestação de Contas da COMPAGÁS, relativo ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 008/99, da Sra. Regina Rottemberg Gouvea, Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público, encaminhando Prestação de Contas do DEAP, relativo ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 128/99, do Sr. Paulo Yoshikatsu, Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, encaminhando Prestação de Contas da COMEC, referente ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 128/99, da Sra. Neusa Altoé, Reitora da Fundação Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas da FUEM, referente ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 145/99, do Sr. Cândido M. Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do

Departamento de Trânsito, referente ao exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 127/99 de minha autoria, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a modificar a denominação da PR 483, que liga o Município de Francisco Beltrão a Ampére, para PR Luiz Prolô.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

### REQUERIMENTO Nº 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, moção de pesar, pelo falecimento do Sr. Augusto Elias dos Santos, ocorrido no dia 04 de maio de 1999, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Requer, também que seja encaminhado cópia de expediente à família enlutada, sito à Rua Antonio de Farias, 57, CEP 83540-000, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

### JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de pesar, pelo falecimento do Sr. Augusto Elias dos Santos, ocorrido no dia 04.05.99, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Presbítero Augusto Elias dos Santos, que sempre foi bastante atuante, nas localidades por onde passou, tais como: Distrito de Areias, e Jardim Papanduvás, onde desempenhou um brilhante trabalho, como dirigente-auxiliar, do Pastor Carlos Marchioro, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, ajudando no desenvolvimento e coordenação de diversas obras assistenciais e educacionais, realizadas pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, daquele município, deixa a Sra. Maria Elias dos Santos, com quem casou-se e teve cinco filhos, bem como um exemplo de vida cristã dedicada em prol da comunidade.

Diante do exposto, e considerando a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo Sr. Augusto Elias dos Santos durante sua existência, é que proponho que seja concedida por esta augusta

Casa de Leis, a presente moção de pesar, à família enlutada.

### REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio CBN, Curitiba, alusivos ao 4º aniversário de fundação.

Requer ainda que o presente se dê ciência ao Diretor Superintendente Dr. Ely Thomaz D'Aquino, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Oyapock, nº 649, CEP 80050-450, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de congratulações ao Sr. José Carlos de Araújo Vieira, cumprimentando-o pela sua designação à Superintendência Regional do INCRA, para o Estado do Paraná.

Conhecendo as qualidades do recém nomeado superintendente, almejamos pleno êxito no desenvolvimento da sua nova missão.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de louvor, ao Sr. Samuel Rodrigues Moreira, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Requer também, que, seja dado ciência ao homenageado, sito à Rua Paraná, 1189, CEP 87400-000, no Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Samuel Rodrigues Moreira, para o qual proponho voto de louvor, nasceu 02.02.49, na cidade de Coriduru, Estado do Espírito Santo, é casado com a Sra. Rosária Herrero Moreira, com quem teve três filhos, sendo Késia Herrero Moreira, Adriel Herrero Moreira e Jemima Herrero Moreira, tendo sido ordenado Ministro Evangélico pela Con-

venção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 16.02.85.

O Pastor Samuel Moreira, que há vários anos tem sido uma pessoa atuante, no meio evangélico, presidiu diversas igrejas, em várias cidades do Estado do Paraná, e há doze anos preside a Igreja Evangélica Assembléia de Deus da Cidade de Cruzeiro do Oeste, onde recentemente foi inaugurado um belíssimo templo.

Além das atividades eclesiásticas, o Pastor Samuel Rodrigues Moreira, dedicou grande parte de sua vida organizando e presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível, àqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo.

É também, 1º Secretário da CIEADEP, Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, e Diretor Administrativo da FUNPADEPAR, Fundação de Previdência das Assembléias de Deus no Paraná, além de autor de vários livros de caráter cristão, com circulação nacional.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Samuel Rodrigues Moreira, reconhecendo ainda que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, proponho que lhe seja concedido o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Senhor Diretor Geral do DETRAN, César Franco, solicitando a instalação imediata da CIRETRAN no Município de Icaraíma, já criada pela Lei Estadual nº 1281, sancionada pelo Senhor Governador dia 28 de maio de 1998.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Icaraíma continua se deslocando até Umuarama, em busca do necessário atendimento, o que continua trazendo diversas dificuldades para todos, pois muitos problemas que deveriam e poderiam ser resolvidos na própria cidade, causam deslocamentos de seus moradores até o Município de Umuarama, distante a mais de 80 quilômetros.

Muitos municípios menores possuem a CIRETRAN, que é um benefício à população.

Assim, rogamos a imediata instalação do citado órgão que já foi criado pelo Poder Executivo Estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Exmos. Srs. Eliseu Padilha, DD. Ministro de Estado dos Transportes; Haroldo Augusto Novis Mata, MD. Diretor Executivo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; e João Alberto Sautchuk, Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, solicitando a construção de um trevo na BR-277, no acesso à PR-471, que liga os Municípios de Catanduvas, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra prioritária, há muito tempo reivindicada pela população dos três municípios, que busca com o atendimento a esse justo pleito a prevenção de acidentes de trânsito, uma vez que é grande o fluxo de veículos na BR-277, não existindo um local ou acesso apropriado para os veículos que necessitam adentrar à PR-471 com destino aos três municípios.

Vale lembrar que após o asfaltamento da PR-471, no trecho que liga Três Barras do Paraná à Quedas do Iguaçu, houve um acréscimo considerável de tráfego de veículos pesados e de passeio, o que torna ainda mais difícil e perigoso o acesso à referida rodovia.

Dessa forma, para garantir a segurança do trânsito e visando prevenir possíveis acidentes com vítimas fatais é que se faz necessária a construção dessa importante obra, cujo pedido certamente merecerá especial atenção do Ministério dos Transportes e DNER.

#### REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Maria Helena.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Lourival José Pereira, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690), ao Vereador Jovani Fermino Dutra, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1690) CEP: 87480-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Douradina.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Adonias Alves da Costa, Presidente da Câmara Municipal (Av. Br. do Rio Branco, 320) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Esperança Nova.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Rua Duque de Caxias, 400), ao Vereador Valdir Hidalgo Martins, Presidente da Câmara Municipal (Rua Duque de Caxias, 401) CEP: 87545-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 20 (vinte) unidades de casas populares no Município de Rondon, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Prefeito Municipal de Rondon (Praça Mal. Rondon, 337), ao Vereador Ailton Alfredo Valotto, Presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP: 87800-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

#### REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 (quarenta) unidades de casas populares no Município de Mariluz, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Albino Borguetti, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920), ao Vereador Virgílio José Alves Neto, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1790) CEP: 87470-000, Mariluz.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de

20 (vinte) unidades de casas populares no Município de Icaraíma, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Hosni Sergio I. dos Santos (Rua Hermes Visoto, 810), ao Vereador Gerson Joaquim da Silva, (Rua Hermes Visoto, s/nº) CEP: 87530-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 500 (quinhentos) unidades de casas populares no Município de Umuarama, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863) CEP: 87502-080.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 90 (noventa) unidades de casas populares no Município de Engenheiro Beltrão, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, 160), ao Vereador José Martins de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 (trinta) unidades de casas populares no Município de Xambrê, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Prefeito Municipal (Praça Desemb. Antonio Ferreira da Costa, 236), ao Vereador Dirceu Fabri, Presidente da Câmara Municipal (Av. A. J. Byington, s/nº) CEP: 87535-000.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda, solicitando especial atenção para a viabilização das propostas apresentadas pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, conforme Ofício nº 0261/99 de 27.04.99, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando parecer da Secretaria de Estado da Saúde, com referência ao pedido.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Direito Econômico, Dr. Nelson Faria Lins de Albuquerque, solicitando informações referentes ao aumento do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A intenção é de apresentar em ação conjunta com o setor pecuarista do Estado do Paraná, um questionamento a respeito do aumento até o momento sem justificativa, do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Salientamos que no ano de 1998 o valor da referida dose era R\$0,38 centavos, sendo que neste ano os pecuaristas foram surpreendidos com a dose custando R\$0,75 centavos.

#### REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, o envio de expediente ao Secretário Especial de Defesa de Consumidor-PR, Dr. Sérgio Spada, solicitando informações referentes ao aumento do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A intenção é de apresentar em ação conjunta com o setor pecuarista do Estado do Paraná, um questionamento a respeito do aumento até o momento sem justificativa, do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Salientamos que no ano de 1998 o valor da referida dose era R\$0,38 centavos, sendo que neste ano os pecuaristas foram surpreendidos com a dose custando R\$0,75 centavos.

#### REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Francisco Sérgio Turra, solicitando informações referentes ao aumento do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A intenção é de apresentar em ação conjunta com o setor pecuarista do Estado do Paraná, um questionamento a respeito do aumento até o momento sem justificativa, do preço da dose da vacina contra a febre aftosa.

Salientamos que no ano de 1998 o valor da referida dose era R\$0,38 centavos, sendo que neste ano os pecuaristas foram surpreendidos com a dose custando R\$0,75 centavos.

#### REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal "O Estado do Paraná", do dia

28 de abril de 1999, página 02, denominada "O Impedimento do Indiciado de Depor como Testemunha", de autoria do Doutor Antonio Acir Breda, Advogado e Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Com imensa clareza e a competência de sempre, o autor esgota em profundidade, a discussão suscitada pelo episódio que envolveu o depoimento do ex-Presidente do Banco Central, na CPI do Sistema Financeiro.

Se dúvidas houvessem a respeito do assunto foram todas elas dirimidas pelo magnífico artigo produzido pelo extraordinário advogado e professor.

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 224/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Engenheiro Beltrão.

§ 1º - O órgão de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Engenheiro Beltrão, com aproximadamente 15.000 (quinze mil habitantes), possui atualmente um posto do DETRAN instalado na cidade.

Com uma frota de mais de 8.000 veículos cadastrados, atualmente, o posto em questão não consegue prestar atendimento a todos os usuários, devido a demanda ser muito grande, extrapolando sua capacidade.

Com a criação da CIRETRAN de Engenheiro Beltrão, a mesma atenderia os Municípios de Fênix, Barbosa Ferraz e Quinta do Sol e assim estaria desafogando os inúmeros processos das demais CIRETRANs, que ficam distantes daquela cidade. Atualmente a CIRETRAN mais próxima é a do Município de Terra Boa, distante 40 Km.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez comparecemos na tribuna, no Horário do Pequeno Expediente, para fazer um apelo ao Governo do Estado do Paraná, através do Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa. Temos o privilégio de ter hoje nesta Casa a presença do Deputado Hermas Brandão, que conosco está nesta Casa desde 1º de fevereiro de 1983. Em sua passagem pela Secretaria do Estado da Agricultura, o Secretário Hermas Brandão num trabalho em parceria com o Ministério da Agricultura, com entidades paranaenses como a OCEPAR e FAEP. Desenvolveu um trabalho muito intenso que culminou com a elaboração do Programa de Qualidade/Competitividade e dentro desse programa de defesa agropecuária do Estado do Paraná, uma proposta que certamente ganhou destaque a nível nacional, por ter sido o primeiro projeto com vistas a erradicação de forma definitiva da febre aftosa e de outras doenças que aflige o rebanho animal, e também de doenças que também aflige a produção agrícola em nosso Estado e em nosso País.

O que estamos a lamentar nesse momento, é que esse projeto não está tendo de parte do Governo o devido e necessário apoio, porque previa esse projeto a contratação de 100 médicos veterinários e 40 engenheiros agrônomos. O concurso foi realizado, os candidatos aprovados, classificados e na presente data ainda contamos com 13 médicos veterinários não contratados e 4 engenheiros agrônomos ainda não contratados. De forma que essas não contratações prejudicam a essência do projeto, porque diminui a presença física de técnicos especializados e nos locais que deveriam estar trabalhando com vistas a nós, na questão animal, darmos todas as condições de segurança sanitária para que o Paraná possa a partir do ano que vem ser considerado como área livre de febre aftosa.

Li com muita alegria nos jornais desta semana ou na semana passada, pronunciamento do Ministro Francisco Turra, dizendo que tudo faria para que o Paraná fosse incluído no circuito Sul, que compreende os Estados de Rio Grande do Sul, e Santa Catarina. Já que hoje o Paraná não está no circuito Sul, ele está circuito Centro-Oeste, como é chamado envolvendo São Paulo, parte de Minas Gerais, parte de Goiás, Rio de Janeiro.

Então estamos nesse trabalho, o Deputado Hermas Brandão, como Secretário, já lutava nesse sentido, as Lideranças da OCEPAR, da FAEP, dos segmentos todos hoje envolvidos, na busca de uma

solução de uma erradicação definitiva de febre aftosa, lutam por isso. E o Ministro manifestou o seu posicionamento favorável, dizendo que vai lutar para que isso aconteça. Então se todos estão imbuídos desse espírito, não pode ser o CRAFE, agora, esse bendito ou maldito CRAFE, que foi criado a impedir ou a atrapalhar este Projeto que é da maior importância para o Paraná na defesa agropecuária, na saúde dos animais, na saúde dos produtos agrícolas e, principalmente, nesta hora em que se inicia o processo de coleta de material para a realização da sorologia, cujo resultado desta sorologia será enviada a França, para que junto a Organização Internacional de Ipesódias, passa a conquistar a declaração, o certificado de área livre, zona livre de febre aftosa.

Então, faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, aos demais, no sentido que intercedam junto ao Governo do Estado, para que todos os médicos veterinários e todos os engenheiros agrônomos, concursados, aprovados dentro deste Programa de Defesa Agropecuária Animal, elaborado pela Secretaria de Agricultura, conveniado com o Ministério da Agricultura, sejam essas pessoas contratadas para que nós não tenhamos aí um Projeto capenga, vamos dizer assim. Que isso sirva de motivo, de repente, para o Ministério de Agricultura ou para a Organização Internacional de Ipesódias, e que isso não sirva de motivos para eles dizerem que o Paraná não está cumprindo aquilo que foi proposto, quando da elaboração do Projeto, quando da assinatura do convênio.

Para que não tenhamos que ver acontecendo no setor agropecuário, aquilo que todos os dias nós assistimos no setor econômico, quando mais uma vez o FMI diz que não foi cumprido o acordo, mais uma vez se faz outro acordo e, isso não ajuda em nada, só desmoraliza a todos.

Permita-me ainda, Sr. Presidente, dar ciência a esta Casa de um Expediente que recebemos hoje, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário, da Organização das Cooperativas do Paraná, e nós numa próxima oportunidade daremos ciência do inteiro teor desse documento a Casa. Onde basicamente a OCEPAR, ela relata a dificuldade que já está começando a surgir no meio agropecuário em função das variações, para maior do preço dos insumos utilizados na Produção Agrícola e Pecuária do Estado do Paraná.

Vejam, por exemplo, que os inseticidas tiveram uma variação de janeiro de 1999 à março de 1999, portanto, nesses três meses os inseticidas tiveram um aumento de 58,8%, os herbicidas 55%, os fungicidas 54,3%, os fertilizantes 45,1%, e o combustível foi o que teve o menor aumento de 15%, perfazendo uma variação de preços para maior nos insumos agropecuários, em alguns dos insumos uti-



lizados na agropecuária, fazendo com que essa variação fosse nesse período de três meses de 45,64%.

Em contrapartida essa majoração dos preços provocou o aumento dos custos de produção em média 23,65%, variando de produto a produto, como podemos verificar.

No milho a variação para maior no custo de produção é de 25,2%, na soja 27,2%, no trigo 30,7%, no arroz 25,7%, no feijão o aumento do custo é de 24%, no algodão 14%, no café 18,2%. Dando uma média de variação para maior nos custos de produção de 23,65% nessas culturas, por nós aqui arroladas, meu amigo Deputado Augustinho Zucchi.

O que vamos encontrar mais adiante? Seria de se esperar, então, que os preços dos produtos agrícolas, tivessem tido uma variação a esse nível de 50% para maior. Mas, não foi isso o que aconteceu. O algodão teve um ajuste, um crescimento da ordem de 30,6%. O arroz diminuiu, a variação foi negativa em 18,1%. O feijão o preço diminuiu 25,1%, o milho o preço cresceu 2,9, o soja 18,3, e o café ficou, o quilo/venda do café 17,7%. Por aí dá para se perceber, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a situação do setor agropecuário embora possa parecer uma situação de tranquilidade neste momento em função do alargamento da banda cambial, da desvalorização do real em relação ao dólar. Pode parecer que, num primeiro momento, a agricultura do Paraná e a pecuária estejam ganhando dinheiro, é verdade sim, que haverá um incremento, um crescimento na receita dos produtores, mas essa receita de agora estará sendo diluída já nos próximos dias quando estivermos colhendo a safrinha de milho, quando estivermos colhendo a safra de inverno de trigo e de outras culturas que se plantam no inverno. E muito mais estará diluindo, se perdendo e acumulando quando nós formos colher a próxima safra de verão.

E quando a gente fala em pecuária e preço, também hoje recebi do meu colega de faculdade - Damaceno Ribas, lá da Sociedade Rural dos Campos Gerais, um Ofício onde ele manifesta sua indignação. Porque o preço da dose de vacina de febre aftosa, já que falamos do programa de erradicação da febre aftosa, que o preço da vacina da febre aftosa praticado no ano passado, era a metade do preço que se praticou neste ano. E, infelizmente, a arroba do boi que no ano passado custava um determinado valor este ano não está custando o dobro. É mais uma injustiça que se pratica em cima do setor produtivo rural, é mais uma injustiça que se pratica contra aqueles que produzem alimentos para que todos nós possamos sobreviver.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e não há oradores inscritos para o Grande Expe-diente.

Passamos ao Horário da Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 14/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/98, que objetiva a Supressão Transitórias da Constituição Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA C.E.R.C.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA C.E.R.C..

Esta Presidência esclarece ao Plenário, que para votação desta proposição, proposta a uma Emenda à Constituição do Estado, adotará os dispostos do Parágrafo 5º, do Artigo 64, da Constituição do Estado, e Artigo 196, do Regimento Interno, ou seja, a votação será nominal onde os Deputados serão enunciados em voz alta pelo Senhor 1º Secretário.

Os Senhores Deputados levantando-se das suas cadeiras responderão “sim” ou “não”, conforme aprovem ou rejeitem a matéria.

Vale dizer, que para aprovação desta proposição serão necessários 3/5 dos votos, ou seja, 33 votos sim. Solicito portanto ao Senhor Primeiro Secretário que dê início a chamada nominal para a votação.

Peço nesta oportunidade aos Senhores Deputados que tomem assento às suas cadeiras.

### O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para reforçar o pedido da Mesa, este Projeto de nº 14/98, já explicamos na semana passada as razões da sua apreciação por esta Casa, e volto a reafirmar e a pedir o apoio dos Senhores Parlamentares no sentido de votarem sim, à favor deste projeto porque precisamos de 33 votos, trata-se de suprimir um artigo da Constituição em que previa, quando ainda no Governo Álvaro Dias a criação da

Universidade “Vale do Iguaçu”, universidade esta que juntava os Municípios de Francisco Beltrão, Palmas, Pato Branco e União da Vitória.

Ocorre que estabelecia-se um prazo para que esta universidade fosse criada. Já o prazo foi expirado e até este momento a criação dessa universidade não aconteceu, cada cidade tomou o seu rumo, tomou a iniciativa de criar faculdades próprias, ou faculdades federalizadas como é o caso de Pato Branco com o CEFET, e agora Francisco Beltrão incorpora-se à Universidade Oeste do Paraná.

E por esta razão, há necessidade de suprimirmos este artigo, para que possamos incorporar o patrimônio da Faculdade FACIBEL, de Francisco Beltrão o patrimônio da UNIOESTE, uma vez que, quando da criação da Universidade do Vale do Iguaçu, este patrimônio foi incorporado ao patrimônio do Estado, e para que o Estado possa devolver a UNIOESTE, há necessidade de fazermos a supressão desse artigo.

Portanto, peço o apoio dos Senhores Parlamentares para que eu possa atender um pleito, um sonho da região sudoeste do Paraná, de ter o ensino gratuito, uma luta de mais de dez anos, tanto do Deputado Traiano, como do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Zuk e de tantos outros parlamentares que por esta Casa passaram.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

O que diz o Deputado Traiano é que esse é um assunto consensual de situação e oposição, como precisamos de 33 votos e estamos mais ou menos nesse limite na Casa, gostaria que os chamados votassem “sim” até porque é a forma que temos para poder fazer essa incorporação na UNIOESTE, e a posição da oposição é a mesma dos Deputados da situação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com palavra o Senhor 1º Secretário, Deputado Hermas Brandão para a chamada nominal e a respectiva votação. A Mesa lembra a Vossa Excelência que os Deputados levantando-se das suas cadeiras respondendo “sim” estão de acordo com a Emenda Constitucional.

Chamada Nominal dos Senhores Deputados para a votação.

**O SR. NEREU MOURA (Justificativa de voto)**

Senhor Presidente, queria justificar o meu voto. Não obstante, achar que a Constituição Estadual de 1990 deveria ter sido implementada neste artigo, quando criamos a UNICENTRO, Senhor Presidente, porque a Faculdade de Palmas, hoje, com quase 5 mil alunos fica desassistida por parte do Governo do Estado. E a luta do Sudoeste do Paraná, como a luta

de União da Vitória, de Guarapuava, na verdade, naquele momento, representava o sonho da estadualização das faculdades do Sudoeste, como era a luta do Oeste do Paraná em relação a UNIOESTE. Por isso, lamentando que a Constituição do Paraná não tenha sido cumprida, voto, sim, Senhor Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)**

Quarenta e três Deputados, votaram, sim, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está aprovada a Emenda.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção dos Deputados aqui presentes, que estamos num processo de revisão da constituição que está em fase final. É profundamente complexo, mandamos inclusive aos Parlamentares no gabinete, a indicação do local onde estamos trabalhando para ultimar este serviço e proceder do primeiro ao último artigo a adaptação e revisão que forem necessárias.

Agora, a questão de ordem, Senhor Presidente, após esta votação de uma emenda constitucional, é para chamar a atenção dos prezados companheiros que haveremos de fazer sessões na segunda quinzena deste mês, possivelmente, já votando. E o quórum, por ser emenda constitucional é 33 Deputados, portanto precisamos ter consciência que quando for convocadas reuniões de votação de emenda constitucional, temos que estar aqui presentes com no mínimo 33 votos, sob pena de interrompermos o trabalho e começarmos a pagar vale para a opinião pública e, correndo o risco, inclusive, de algumas modificações não serem votadas por falta de quórum.

Por esta razão pedi esta questão de ordem logo após a votação para chamar a atenção que é um quórum qualificado, necessita de presença maciça e estaremos insistindo nisso, junto com a Mesa, para que haja quórum na votação destas emendas que não são uma só, muda mais ou menos 30 a 40% da Constituição atual.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência concorda com Vossa Excelência, o lembrete é pertinente, a questão de ordem também e desde já cumprimento pelo trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo à frente desta questão de extrema importância.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Continuando, a Mesa lembra que a Redação Final desta emenda será apreciada na sessão de segunda-feira.

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 159/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Ivaí. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 12.04.99)**

**ITEM 02-A**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei, do Município de Ivaí. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 12.04.99)**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Nosso Lar, com sede e foro no Município de Loanda. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 12.04.99)**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória GAPER, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 12.04.99)**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede e foro no Município de Salgado Filho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Assistência Social, com sede e foro no Município de Faxinal. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ribeirão Claro. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição de Trânsito no Município de Ortigueira. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição de Trânsito no Município de Siqueira Campos. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 803, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 804, 819 a 822, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 805, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. **(A matéria achase publicada no final desta Ata)**

Requerimento nº 806, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 807, e 808, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 809, de autoria do Sr. Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 810, a 818, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 823, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

**ORDEM DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 143, 145, 149, e 152/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 119, 148, 167, 175 e 209/99.

Levanta-se a sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO WALDYR PUGLIESI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999.

### **“O Impedimento do Indiciado de Depor como Testemunha”**

“O Estado do Paraná”  
Antonio Acir Breda

Uma das características do sistema inquisitório era a imposição ao acusado de declarar contra si mesmo, isso porque esse modelo processual, de feição absolutista e autoritária procurava obter a todo custo a confissão do réu.

O modelo acusatório, hoje prevalente no Estado de Direito Democrático, reconhece à pessoa acusada da prática de uma infração o direito ao silêncio, até porque a exigência do acusado que declare a verdade é absolutamente incompatível com a dignidade da pessoa humana.

Se o acusado tem direito ao silêncio, isto é, pode calar a verdade, se a testemunha tem o dever legal de dizer a verdade, é paradoxal exigir-se que sobre o mesmo fato a mesma pessoa seja ouvida como acusado (ou indiciado) e testemunha. Diga-se o mesmo em relação a procedimentos diversos, cujo fato imputado seja semelhante.

No episódio envolvendo um ex-Presidente do Banco Central, contra quem pende uma investigação criminal com uma série de medidas cautelares (busca e apreensão domiciliar, quebra de sigilo bancário e fiscal), procurou-se na CPI do Sistema Financeiro obrigá-lo a prestar depoimento como testemunha, com obrigação legal de dizer a verdade, sob a pena de falso testemunho. Por motivos vários, manifesta a conexão de fatos entre os dois procedimentos, a exigência de colher o seu depoimento como testemunha penetra no campo da ilegalidade.

No Estado de Direito Democrático a pessoa acusada da prática de uma infração penal não pode ser ouvida como testemunha, sob pena de se procurar obter uma declaração contra a mesma. Não é por outro motivo que o novo Código de Processo Penal português, art. 133, “a”, estabelece que “estão impedidos de depor como testemunhas: o argüido e os coargüidos no mesmo processo ou processos conexos,

enquanto mantiverem aquela qualidade”. Aliás a legislação portuguesa procura preservar o direito ao silêncio da pessoa acusada, hoje uma conquista universal.

O acusado, porém, tem a liberdade de não exercer o direito ao silêncio, podendo depor até contra si mesmo, inclusive confessar o fato imputado, mas não se pode exigir que preste depoimento como testemunha, em processo conexo, sob o retórico argumento de que na CPI foi intimado como testemunha. Só mesmo se houver expresse consentimento do interessado, poder-se-á colher o seu depoimento como testemunha, hipótese prevista no nº 2, do art. 133 do CPP português.

No caso do ex-Presidente do Banco Central, expedida uma medida de coerção real (busca e apreensão domiciliar), inequivocadamente, há um procedimento criminal, imputando-se-lhe a prática de um fato tido como delituoso, até porque, em caso contrário, a medida cautelar ordenada por autoridade jurisdicional seria ilegal e a sua inquirição na CPI, seguramente, envolveria fatos já objeto de investigação criminal. A conexão dos fatos nos dois procedimentos é indiscutível.

Por isso mesmo, o Código de Processo Penal italiano depõe que não pode ser testemunha “a pessoa imputada em um procedimento conexo” (art. 197). A lei italiana fala em “incompatibilità con l’ufficio di testimone”. No mesmo sentido, o art. 62 do CPP estabelece que as declarações da pessoa submetida a investigações preliminares “não podem considerar-se como prova testemunhal”.

Também na Alemanha consagra-se o princípio “memo tenetur se delegere” (ninguém é obrigado a delatar-se).

Em outras palavras, mesmo que não haja norma expressa no Código Processual Penal brasileiro em vigor, por força do princípio constitucional da presunção da inocência e da garantia do direito ao silêncio (art. 5º, inc. LXIII) é absolutamente ilegal obrigar uma pessoa, acusada em procedimento criminal, a prestar o compromisso legal de dizer a verdade, em procedimento legislativo conexo.

Tal configuração revela uma ideologia de feição autoritária segundo a qual o processo é destinado a estabelecer a verdade material “para cuja obtenção são válidos todos os meios, especialmente a confissão do acusado”. Essa preocupação de obter uma confissão, a pretexto de que a pessoa foi arrolada como testemunha e, portanto, tem a obrigação legal de dizer a verdade, caracterizar um expediente incompatível com o mínimo ético que o Poder Público deve agir através de seus agentes ou representantes populares.

Essa visão autoritária não pode ser tolerada, pelo contrário, mantém radical antagonismo com

um processo justo, dirigido com equilíbrio e imparcialidade.

A rigor, no início do seu depoimento, o ex-Presidente do Banco Central deveria ser alertado que suas declarações poderiam incriminá-lo no procedimento criminal conexo, daí porque não seria ouvido como testemunha, e que não estava obrigado a responder qualquer pergunta que pudesse prejudicá-lo.

**“A recusa em assinar o compromisso legal de dizer a verdade foi legítima.”**

A recusa em assinar o compromisso legal de dizer a verdade foi legítima. Lamentável, porém, sob todos os aspectos, foi a prisão em flagrante, cuja falta de justa causa penetra no campo do abuso de poder, mesmo que se trabalhe com a hipótese de boa fé do autor do ato ilegal.

Vale aqui a advertência de Alex Carocca Pérez: “De allí a la coacción moral o física hay um solo paso.”

## **Atas das Comissões:**

### **COMISSÃO DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias no mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, os Membros da Comissão dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio e contando com as presenças dos Deputados Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri e Edson Strapasson, e também, dos Senhores Roberto Barbosa e Sergio Luiz Bozza Pires, representando a Universidade da Água. O Senhor Presidente abrindo os trabalhos, ressaltou que o assunto primordial a ser tratado na reunião seria a aprovação do Cronograma de Trabalhos da Comissão. Após os debates, os membros da Comissão aprovaram uma pauta de trabalhos a ser realizada para que o objetivo da instituição da Comissão seja cumprido com presteza e sucesso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

### **COMISSÃO DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**

## **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias no mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, os Membros da Comissão dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio e contando com as presenças dos Deputados Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Edson Strapasson, Neivo Beraldin e também, do Senhor Paulo Kawahara, Presidente da COMEC, do Senhor Lauro Klaus Júnior, Diretor da SANEPAR, dos Senhores Roberto Barbosa e Sergio Luiz Bozza Pires, representando a Universidade da Água, do José Antonio Zem, Secretário Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Prefeitura Municipal de Curitiba. O Senhor Presidente abrindo os trabalhos, passou a palavra aos Senhores Paulo Kawahara, Presidente da COMEC, e Lauro Klaus Júnior, que apresentaram um amplo relato sobre a atuação de suas entidades sobre o assunto dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba. Após as exposições foi aberta a palavra aos Senhores Deputados, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

### **COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Marcos Isfer apresentou redação final para os Projetos de Lei nas 174/99, 184/99, 185/99, 191/99 e 196/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário